



Conselho de Disciplina

Processo n.º 1/2017 – CD

Arguida: [REDACTED]

Tipo de Ilícito: Violação do disposto no n.º 1, al. a) do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da FGP

Instauração do Processo Disciplinar: 22 de junho de 2017

Autuação e abertura de Instrução: 6 de julho de 2017

Conclusão para decisão: 9 de agosto de 2017

Instrutor do Procedimento: Dr.ª Margarida Marques

Relator do Acórdão: Dr. António Jorge Carvalho

ACÓRDÃO

Acordam os membros do Conselho de Disciplina da Federação de Ginástica de Portugal (FGP):

I. RELATÓRIO DE TRAMITAÇÃO PROCESSUAL

Com base na participação disciplinar, de 22 de junho de 2017, do Senhor Presidente da Federação de Ginástica de Portugal e por despacho do Senhor Presidente do Conselho de Disciplina de 16 de junho de 2017, foi instaurado procedimento disciplinar à arguida [REDACTED], juiz de ginástica rítmica, pela prática de factos suscetíveis de configurar ilícito disciplinar, enquadrável na al. a) do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da FGP.

Da acusação/nota de culpa

Após a realização das diversas diligências que a senhora instrutora do processo reputou como necessárias para a descoberta da verdade e para a



Conselho de Disciplina

obtenção de uma justa decisão, foi deduzida acusação a fls. 65 com o seguinte teor:

1.º

No dia catorze de Junho de dois mil e dezassete, a arguida endereçou uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação de Ginástica de Portugal (FGP) e aos senhores Delegados da mesma Assembleia Geral.

2.º

Na referida carta, a arguida fez constar as seguintes afirmações/acusações:

" Ajuizamento da GR ... que é uma área complexa ... para que seja deixada ao sabor de arbitrariedades pessoais, políticas ou sazonais como se tem vindo a verificar de forma deveras acentuada nestes últimos tempos. Poderia particularizar detalhadamente vários exemplos que, fundamentam o acima referido, mas porque não quero tornar este email mais exaustivo e porque cabe a cada interessado procurar saber detalhe, faço apenas algumas referências que me parecem de superior gravidade.

Enquanto membro do CA optei pela minha demissão a meio do segundo mandato, por sentir a incapacidade e impotência de realizar fosse o que contrariasse as decisões e intenções da direção da FGP, fossem elas quais fossem e na sua maioria sem qualquer fundamentação.

Relembra-se que segundo os estatutos da FGP, aprovados pela AG, a Direção tem sempre a última palavra, retirando, portanto, qualquer poder decisório ao CA, pelo que (não isento de responsabilidades por compactuar com decisões não partilhadas) o CA não é mais do que um escudo donde a Direção se pode refugiar.

Começo por aqui referenciar alguns exemplos.

Nomeação de juizes para cursos intercontinentais.

A nomeação dos juizes intercontinentais para frequentar os cursos intercontinentais é uma incumbência do conselho de ajuizamento, necessitando de retificação da direção. Não existe nada regulamentado que determine quem deve ser nomeado para os cursos intercontinentais, pelo que poderá depender da cor dos olhos ou talvez da cor política.

Conselho de Disciplina

... porque foi à juiz internacional de brevet II, com 25 anos de carreira, retirado o direito à participação no intercontinental depois de esta ter sido proposta (fundamentada por diversas vezes) pelo conselho de ajuizamento?

A saber que, a juiz .. foi convidada pela FIG para ajuizar o Test Event ... e JO (sendo que o último acabou por não acontecer por uma advertência do Test Event... Justa ou injusta mas que a FGP nunca quis saber .. nada lhe perguntou... mas enfim é apenas e só mais um indicativo de como a FGP trata os seus juizes); Reunia todas as condições de participação no intercontinental previstas nos regulamentos internacionais; nenhuma das outras juizas seleccionadas reunia iguais ou superiores condições.

Neste contexto em vez de 2 teríamos 3 juizes brevet I (como se pode comprovar pelas avaliações obtidas), o que revela claramente qual a verdadeira intenção na base de tal decisão Comprometer seriamente a carreira de juiz e por consequência o sucesso da ginástica à custa de interesses pessoais ... vamos nós lá saber quais.

Nomeação de Juizes para provas internacionais.

Tal como no caso anterior, sobressai aqui a total ausência de critérios e, portanto, de transparência do processo. Mais uma vez vamos considerar que há aqui uma análise prévia, mas com base em quê, pergunto? Temos conhecimento de que as propostas do CA (corretas ou não por ausência de critérios e clareza do processo), são por diversas vezes rejeitas e eu diria que umas vezes porque sim e outras tantas porque não, (...). Continuará por aqui fora mas, parece-me haver já motivos suficientes para perceber que não é o caminho certo e que não é por aqui que defendemos a ginástica.

Nomeação de juizes para provas nacionais.

Ao contrário dos casos anteriores, não carecemos aqui de regulamentos e critérios. De facto estão definidos, pena é que não seja aplicada ou aplicáveis na perspetiva da transparência e da equidade que pudesse promover a clareza ou o ajuizamento em prova.

Vários são os exemplos que por certo são do vosso conhecimento de manifestas injustiças no decorrer das provas nas diferentes especialidades gímnicas. Ora seja porque o painel tende contemplar uma juiz (de cada clube), ou seja porque é feita no norte ou no sul, ora seja porque, porque, porque....



Conselho de Disciplina

Não tendo a veleidade de pensar que é possível mudar de um dia para o outro ... mas porque não começar por algum lado? Como, por exemplo, não permitir a acumulação de duas filiações (treinador e juiz) em cada época desportiva. Se realmente somos poucos e talvez sejamos, seremos menos ainda se continuarmos com esta política de falta de transparência. Se queremos muitos temos que trabalhar para isso e não dispensar e mal tratar os que já estão connosco.

Programação e planificação.

(...),.....

Outras ainda em circunstâncias perfeitamente incompreensíveis como recentemente aconteceu no torneio internacional de Portimão, em que uma juiz foi convocada (convidada) a ajuizar sendo eu teria de custear as suas despesas, quando estavam outros destinados para ajuizar a mesma prova com despesas pagas pela federação. Estariam supostamente a "dar" a oportunidade à juiz de ficar com mais uma prova no seu curriculum, portanto a fazer-lhe um favor. Inacreditável diria! ...

Pergunto então, porque são convocados os juizes aquando do planeamento dos períodos competitivos, porque atempadamente programado o ajuizamento respeitando regras e princípios? Não me ocorre nenhuma condicionante a não ser é que "dê jeito" deixar em aberto possibilidades que conforme as "vontades" serão as decisões.

3.º

Questionada a Direção da Federação de Ginástica de Portugal (FGP) na pessoa do seu Presidente da Direção, João Paulo do Nascimento e Oliveira da Rocha, refutou liminarmente todas as acusações que lhe foram dirigidas pela arguida, antes as considerando falsas, gravemente depreciativas e vexatórias.

4.º

Com a subscrição e endereçamento da citada carta da arguida ao Presidente da Assembleia-Geral e Delegados da mesma, a arguida imputou factos e formulou juízos ofensivos e difamatórios em relação aos órgãos da FGP, particularizando a Direção.

5.º

As expressões utilizadas pela arguida, designadamente as que se mostram realçadas no artigo 2.º desta acusação /nota de culpa, põem em causa a credibilidade da Direção e o carácter dos membros que a compõem, mormente genericamente



Conselho de Disciplina

acusando/insinuando que a mesma profere decisões arbitrárias, não transparentes nem equitativas, antes injustas, que visam servir os interesses pessoais, políticos (ou outros), desmerecendo o interesse último da defesa da ginástica.

6.º

Carga ofensiva esta que atingiu, deste modo, a honra, consideração, integridade moral e retidão dos visados, excedendo, claramente, os limites sociais e individuais da liberdade de expressão, que a tornam eticamente reprovável no seio (pelo menos) da comunidade da ginástica.

7.º

A arguida agiu livre, consciente e deliberadamente, bem sabendo que estava a cometer factos ilícitos típicos e disciplinares, previstos no artigo 180.º do Código Penal e al. d) n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da FGP, constituindo falta grave.

8.º

Do apurado concorre a verificação da circunstância agravante, elencada no n.º 1, da al. b) e n.º 3, do artigo 20.º do Regulamento Disciplinar da Federação de Ginástica de Portugal, porquanto a arguida foi sancionada a 8 de Julho de 2016, pela Comissão Disciplinar da FIG, por ajuizamento insatisfatório durante o Test Event dos jogos olímpicos do Rio 2016.

9.º

O descrito comportamento consubstancia uma falta grave, nos termos do disposto da al. a) do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da Federação FGP, punível com pena de multa ou suspensão superior a um mês até um ano.

Da defesa

Regularmente notificada, ao abrigo do disposto no artigo 38.º do regulamento, por carta enviada a 21 de julho de 2017, a arguida, por si, apresentou defesa escrita, de fls. 72 e ss, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 39.º do RD da FGP, alegando essencialmente que:



Conselho de Disciplina

"A acusação é nula, porque, segundo o regime jurídico das federações desportivas, e o estatuto da Federação de Ginástica de Portugal, e ainda o regulamento disciplinar da Federação de Ginástica de Portugal, é ao conselho disciplinar da FGP que compete a "instrução do processo disciplinar" o que segundo a arguida não sucedeu no presente caso.

Mais alegou que, o Conselho de Disciplina tomou conhecimento do processo já no decorrer do mesmo, o que coloca em causa o próprio processo, o regular funcionamento da FGP e o respeito pelo órgão estatutariamente eleito e as suas competências.

Compete ao Conselho de disciplina nomear o instrutor o que não foi o caso.

Mais se defendeu a arguida alegando que, "sobre a matéria da acusação, na carta escrita pela arguida, resulta, com assinalável clareza, pelo descrito no 1.º paragrafo, que a sua intenção é "manifestar as minhas preocupações relativamente ao rumo que leva a área de ajuizamento, que me parece muito comprometedor para alcançar o ambicioso futuro sucesso", pelo que, ao contrário do que é acusado, a arguida manifesta interesse em colaborar com os órgão da federação, no sentido de despertar as atenções para a análise de factos que por si considera de relevo para o sucesso da ginástica.

Prova é que sempre correspondeu positivamente e ativamente às solicitações da FGP em prol do sucesso da ginástica, como resumidamente apresenta na carta enviada.

Os factos referenciados sumariamente pela arguida não foram contestados na queixa do Sr. Presidente que deu origem à abertura do dito processo disciplinar, mormente não foram apresentados "meios de prova adequados" que refutassem as ditas referências.

As expressões utilizadas pela arguida pretendem reforçar a importância da existência de regulamentos e regras que pautem as decisões, eliminando assim o livre arbtrio.

Salienta-se que, por diversas vezes a arguida refere na sua carta que a ausência de critérios, acredita que as decisões são tomadas em função da análise das situações, o que contraria claramente o entendimento da instrutora do processo.

Ora, o exercício do direito à crítica, o qual se encontra constitucionalmente respaldado, não pode merecer censura apenas por ir em sentido divergente do entendimento perfilhado pelo Sr. Presidente da Direção da FGP.



Conselho de Disciplina

Aliás, a carta foi enviada ao Sr. Presidente da mesa da Assembleia Geral e respetivos delegados, portanto a um órgão interno da Federação que representa todos os seus associados e, não a qualquer meio de comunicação ou entidade exterior à Federação. Do ponto 8.º da acusação, sobressai a circunstância agravante., do processo disciplinar a 8 de Julho de 2016, instaurado à juiz pela Comissão Disciplinar da Federação Internacional de Ginástica (FIG) por o ajuizamento insatisfatório durante o Test Event, procurando aqui depreciar as competências do juiz.

Como é manifesto, tal circunstância, para efeitos disciplinares, não tem qualquer relevância, demonstrando apenas um anormal ensejo em punir a aqui acusada.

Ainda assim, é de realçar que este processo resultou de um "warning" sendo que, muito recentemente, a aqui acusada foi convidada pela Federação Internacional de Ginástica para desempenhar as funções como júri superior, no campeonato do Mundo de Ginástica Rítmica que se realizará em Pesaro/Itália de 27 de Agosto a 3 de Setembro do corrente ano, pelo que não há motivo para descrédito das competências da juiz."

A arguida, não juntou quaisquer documentos nem requereu a produção de qualquer prova adicional, designadamente, testemunhal.

Do relatório final

A fls. 79 e ss. foi junto aos autos o relatório final, que aqui se dá por integralmente reproduzido para os devidos e legais efeitos, tendo a senhora instrutora apresentado as seguintes conclusões:

" A arguida defende que a acusação é nula porquanto:

- "Competindo ao Conselho de Disciplina a instrução do processo disciplinar, à luz do que prescreve o Regime Jurídico das Federações Desportivas (RJFD), Estatutos da Federação de Ginástica de Portugal, e n.º 1 do artigo 31.º do Regulamento Disciplinar da Federação aquele só tomou conhecimento deste processo disciplinar já na sua pendência.



**Ginástica
Portugal**

Conselho de Disciplina

- Compete ao Conselho de Disciplina a nomeação de instrutor do processo, o que não aconteceu no presente caso".

A arguida labora em manifesto equívoco em relação às premissas em que sustenta a alegada nulidade, na exata medida em que uma leitura atenta do respetivo processo disciplinar refuta-as liminarmente.

Na verdade, a 16 de Junho do corrente ano, o presidente da Direção da FGP apresenta a participação disciplinar junto do Conselho de Disciplina da FGP (fls. 2 e 3). A 22 de Junho do mesmo ano, o Presidente do Conselho de Disciplina determina a instauração de procedimento disciplinar à aqui arguida e, no mesmo despacho, nomeia instrutora (fls. 4).

Assim, houve participação dirigida e bem ao Conselho de Disciplina, o qual após devida ponderação determinou a instauração do processo disciplinar e, simultaneamente designou a instrutora por ultimate da instrução, tudo cumprindo o disposto no artigo 43.º do RJFD, artigo 55.º dos Estatutos e n.º 2 e 3 do artigo 31.º e 33.º do Regulamento Disciplinar da FGP.

Improcede, pois, a invocada nulidade por contraponto de um regular cumprimento quer seja do RJFD, Estatutos e Regulamento Disciplinar da FGP.

Sobre a invocada inexistência de ofensa à honra, consideração, integridade moral e retidão dos visados:

A arguida, na defesa que apresentou, defende que o intento da sua carta foi manifestar "interesse em colaborar com os órgãos da federação no sentido de despertar as atenções para a análise de factos que por si considera de relevo para o sucesso da ginástica". Bem como que, o Senhor Presidente da Direção da FGP não apresentou "meios de prova adequados" que refutassem as suas referências e que as expressões por si utilizadas pretenderam "reforçar a importância da existência de regulamentos e regras que pautem as decisões, eliminando assim o livre-arbítrio". Que se limitou a exercer o direito à crítica, não tendo tido "intenção de carácter ofensivo, injurioso ou difamatório, mas antes exercer o seu direito de liberdade de expressão".

A arguida, ao contrário do por si invocado, nem sempre foi precisa na contextualização das referências que fez, não sendo igualmente verdadeiro que o Presidente da Direção tenha sido impreciso e que não tenha apresentado meios de prova adequados (vide mail de resposta deste datado de 13 de Julho do corrente ano). Aliás, era à



Conselho de Disciplina

arguida que cabia ser precisa (factual e documentalmente) nas referências/acusações que formulou na referida carta, recaindo sobre esta necessariamente o ónus da prova do que invocou.

Ao contrário do defendido pela arguida, as expressões utilizadas não se limitaram à denúncia, divulgação ou crítica, vão muito além disso. Na ponderação dos interesses em conflito – o direito à liberdade de expressão da arguida e o direito ao bom nome e consideração social dos visados/ofendidos - constata-se que as expressões contidas na carta aqui em crise, representam um meio desproporcionado à prossecução da finalidade visada.

De facto, as expressões utilizadas pela arguida põem “em cheque” a honorabilidade da Direção da FGP (mais propriamente os membros que a compõem), mormente, genericamente acusando/insinuando que aquela profere decisões arbitrárias, não transparentes nem equitativas, antes injustas, que visam servir interesses pessoais, políticos (ou outros), desmerecendo o interesse último da defesa da ginástica. Esta imputação desonrosa, a arguida usou-a sem que se revelasse a respetiva necessidade e proporcionalidade para o fim visado. A arguida carecia em absoluto da formulação dos juízos ofensivos para fazer valer o seu ponto de vista.

Assim, as expressões utilizadas pela arguida são nitidamente ofensivas da honra e consideração dos visados e extravasam manifestamente o interesse que a arguida pretendia salvaguardar, já que os juízos formulados pela arguida perderam todo e qualquer ponto de conexão com o exercício do direito de crítica que lhe é constitucionalmente atribuído.

Do apurado concorre a verificação da circunstância agravante, elencada no n.º 1, da al. b) e n.º 3, do artigo 20.º do Regulamento Disciplinar da Federação de Ginástica de Portugal, porquanto a arguida foi sancionada a 8 de Julho de 2016, pela Comissão Disciplinar da FIG, por ajuizamento insatisfatório durante o Test Event dos jogos olímpicos do Rio 2016.

Esclareça-se que a sinalização de tal circunstância se deve estritamente à ponderação das circunstâncias agravantes e atenuantes no caso em apreço, prevista no Regulamento Disciplinar não tendo, ao contrário do invocado pela arguida, qualquer intuito que seja de depreciação das competências da arguida enquanto juiz, matéria que, aliás, exorbita a esfera de consideração deste processo disciplinar.



Conselho de Disciplina

Em face das conclusões do enquadramento da infração e nos termos na al. a) do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da Federação, proponho que seja aplicada a pena de multa de três meses, atenta a verificação das circunstâncias agravantes acima referenciadas.

Terminada a instrução, foram os presentes autos, em 9 de Agosto de 2017, conclusos a este Conselho de Disciplina e distribuídos ao primeiro subscritor do presente acórdão, ora relator.

Assim, tudo visto, cumpre apreciar e decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Analizados os autos consideram-se provados os seguintes factos:

1. No dia catorze de junho de dois mil e dezassete, a arguida endereçou uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação de Ginástica de Portugal (FGP) e aos senhores Delegados da mesma Assembleia Geral;
2. Na referida carta, a arguida fez constar as seguintes afirmações/acusações:
" Ajuizamento da GR ... que é uma área complexa ... para que seja deixada ao sabor de arbitrariedades pessoais, políticas ou sazonais como se tem vindo a verificar de forma deveras ACENTRUADA nestes últimos tempos. Poderia particularizar detalhadamente vários exemplos que, fundamentam o acima referido, mas porque não quero tornar este email mais exaustivo e porque cabe a cada interessado procurar saber detalhe, faço apenas algumas referências que me parecem de superior gravidade. Enquanto membro do CA optei pela minha demissão a meio do segundo mandato, por sentir a incapacidade e impotência de realizar fosse o que



Conselho de Disciplina

contrariasse as decisões e intenções da Direção da FGP, fossem elas quais fossem e na sua maioria sem qualquer fundamentação. Relembra-se que segundo os estatutos da FGP, aprovados pela AG, a Direção tem sempre a última palavra, retirando, portanto qualquer poder decisório ao CA, pelo que (não isento de responsabilidades por compactuar com decisões não partilhadas) o CA não é mais do que um escudo donde a Direção se pode refugiar.

Começo por aqui referenciar alguns exemplos: Nomeação de juizes para cursos intercontinentais. A nomeação dos juizes intercontinentais para frequentar os cursos intercontinentais é uma incumbência do conselho de ajuizamento, necessitando de retificação da Direção. Não existe nada regulamentado que determine quem deve ser nomeado para os cursos intercontinentais, pelo que poderá depender da cor dos olhos ou talvez da cor política. ... porque foi à juiz internacional de brevet II, com 25 anos de carreira, retirado o direito à participação no intercontinental depois de esta ter sido proposta (fundamentada por diversas vezes) pelo conselho de ajuizamento? A saber que, a juiz .. foi convidada pela FIG para ajuizar o Test Event ... e JO (sendo que o último acabou por não acontecer por uma advertência do Test Event... Justa ou injusta mas que a FGP nunca quis saber .. nada lhe perguntou... mas enfim é apenas e só mais um indicativo de como a FGP trata os seus juizes); Reunia todas as condições de participação no intercontinental previstas nos regulamentos internacionais; nenhuma das outras juizas selecionadas reunia iguais ou superiores condições. Neste contexto em vez de 2 teríamos 3 juizes brevet I (como se pode comprovar pelas avaliações obtidas), o que revela claramente qual a verdadeira intenção na base de tal decisão Comprometer seriamente a carreira de juiz e por consequência o sucesso da ginástica à custa de interesses pessoais ... vamos nós lá saber quais. Nomeação de Juizes para provas internacionais.



Conselho de Disciplina

Tal como no caso anterior, sobressai aqui a total ausência de critérios e, portanto, de transparência do processo. Mais uma vez vamos considerar que há aqui uma análise prévia, mas com base em quê, pergunto? Temos conhecimento de que as propostas do CA (corretas ou não por ausência de critérios e clareza do processo), são por diversas vezes rejeitas e eu diria que umas vezes porque sim e outras tantas porque não, (...). Continuará por aqui fora mas, parece-me haver já motivos suficientes para perceber que não é o caminho certo e que não é por aqui que defendemos a ginástica.

Nomeação de juizes para provas nacionais. Ao contrário dos casos anteriores, não carecemos aqui de regulamentos e critérios. De facto estão definidos, pena é que não seja aplicada ou aplicáveis na perspetiva da transparência e da equidade que pudesse promover a clareza ou o ajuizamento em prova. Vários são os exemplos que por certo são do vosso conhecimento de manifestas injustiças no decorrer das provas nas diferentes especialidades gímnicas. Ora seja porque o painel tende contemplar uma juiz (de cada clube), ou seja porque é feita no norte ou no sul, ora seja porque, porque, porque....

Não tendo a veleidade de pensar que é possível mudar de um dia para o outro ... mas porque não começar por algum lado? Como, por exemplo, não permitir a acumulação de duas filiações (treinador e juiz) em cada época desportiva. Se realmente somos poucos e talvez sejamos, seremos menos ainda se continuarmos com esta política de falta de transparência. Se queremos muito temos que trabalhar para isso e não dispensar e mal tratar os que já estão connosco.

Programação e planificação. (...). Outras ainda em circunstâncias perfeitamente incompreensíveis como recentemente aconteceu no torneio internacional de Portimão, em que uma juiz foi convocada (convidada) a ajuizar sendo eu teria de custear as suas despesas, quando estavam outros



Conselho de Disciplina

destinados para ajuizar a mesma prova com despesas pagas pela federação. Estariam supostamente a "dar" a oportunidade à juiz de ficar com mais uma prova no seu curriculum, portanto a fazer-lhe um favor. Inacreditável diria! ...

Pergunto então, porque são convocados os juizes aquando do planeamento dos periodos competitivos, porque atempadamente programado o ajuizamento respeitando regras e principios? Não me ocorre nenhuma condicionante a não é que "dê jeito" deixar em aberto possibilidades que conforme as "vontades" serão as decisões.

3. Questionada a Direção da Federação de Ginástica de Portugal (FGP) na pessoa do seu Presidente da Direção, João Paulo do Nascimento e Oliveira da Rocha, a mesma refutou liminarmente todas as acusações que lhe foram dirigidas pela arguida, antes as considerando falsas, gravemente depreciativas e vexatórias.
4. Na resposta apresentada pelo Senhor o Presidente da Direção da Federação de Ginástica de Portugal, o mesmo esclareceu que: "Houve, ao longo de cinco anos, não mais do que duas ou três situações (entre centenas) em que houve desacordo entre o Conselho de Ajuizamento e a Direção, sempre dentro da esfera das competências de cada um dos órgãos, sendo o desacordo desfeito de acordo com os Regulamentos em vigor"

- Sobre as afirmações/acusações proferidas pela arguida sobre a nomeação de juizes para cursos intercontinentais sustentou que "de facto, não existe um Regulamento que tutele a nomeação para cursos intercontinentais que é efetuada pela Direção, na sequência de indicação efetuada pelo CA. Tais nomeações ou são aceites (como foi em cinco anos o caso quase totalidade das indicações com duas exceções (uma em 2012 por razões de disciplinares e outra em 2016 por opção entre duas juizes devido a limitações de quotas de participação), ou em caso contrário a direção



Conselho de Disciplina

sustenta o desacordo (requisito que não tem sido prática em sentido contrario) e decide em função do que entende melhor para a modalidade tendo em consideração não só a valia técnica dos juízes mas também as capacidades de comunicação, disponibilidade para trabalhar com as seleções nacionais, entre outros fatores que são considerados antes de ser tomada uma decisão final que é lavrada em ata de reunião de Direção nos casos em que houve desacordo entre a indicação do CA e a posição da Direção.

-Nunca a cor dos olhos foi um fator de decisão nestas matérias por parte da Direção da FGP e, estou certo, por parte do CA e, muito menos a "cor política" seja o que for que tal expressão encerra contexto da gestão de uma federação desportiva. Entende-se, contudo, a figura de estilo utilizada pela juiz como expressão de que as decisões são tomadas de forma casuística ou em função de preferências pessoais o que é totalmente falso e insultuoso, porquanto a ausência de tais discriminações é uma marca da ação da atual gestão da FGP, que contrasta com o que se passou em gestões anteriores (quer ao nível da direção quer ao nível da responsabilidade técnica).

- Ainda sobre a matéria da nomeação de juízes para cursos intercontinentais, esclareceu que a Juiz, aqui arguida, "foi sancionada, lamentavelmente, por erros cometidos no Test Event em 2016. Tal sanção não foi naturalmente responsabilidade da FGP. Não é verdade que a juiz não tenha sido contactada, já que o foi, de facto, pessoalmente pelo vice-presidente Álvaro Sousa a esse propósito.

- Não se percebe o que a juiz queria dizer com a afirmação de que se tivesse sido escolhida para frequentar o curso intercontinental teríamos hoje 3 juízes de categoria 1 em vez de 2, já que a opção foi tomada entre a Juiz [REDACTED] e a Juiz [REDACTED] que obteve categoria 1 no curso intercontinental.



Conselho de Disciplina

- A afirmação seguinte é particularmente grave e terá de ser concretizada pela juiz em sede desta investigação, sem prejuízo de outras ações que a Direção da FGP entenda justificáveis, já que a decisão, tomada no dia 20/09/2016 se encontra tomada em ata (que se anexa) tendo nascido de uma escolha entre 4 juizes para 3 lugares ([redacted] – cat 2, [redacted] – Cat 3, [redacted] – Cat 2, [redacted] – Cat 2), tendo sido numa primeira fase escolhida a juiz [redacted] pelo percurso efetuado no ciclo que findava, a juiz [redacted] por ser indicada para responsável da formação de juizes e membro do observatório do ajuizamento e, portanto, a escolha final residia entre as juizes [redacted] (que foi escolhida para pontuar os jogos olímpicos e manifestou ao longo do ciclo uma enorme disponibilidade em colaborar com as equipas nacionais na preparação de competições importantes) e a juiz [redacted] (com muito menor disponibilidade para fazer o acompanhamento dos trabalhos das seleções nacionais e que tinha sido sancionada pela FIG nesse ano). A escolha recaiu assim na juiz [redacted]

- Sobre a nomeação de juizes para provas internacionais rebateu que “a afirmação aqui inscrita (grave mais uma vez) e falsa (porque de facto existe um regulamento que tutela tais nomeações) deve ser sustentada pela juiz. Os casos, ao longo de cinco anos em que houve desacordo com a Direção da FGP e o CA, tiveram como origem apenas e só em interpretações incorretas, do ponto de vista da Direção, dos regulamentos citados que a mesma tem obrigação de cumprir.

- Sobre o afirmado pela arguida no que tange a nomeação de juizes para as provas nacionais e programação e planificação respondeu que “Mas uma vez que estamos perante uma afirmação falsa. A juiz em causa ([redacted]) não foi convocada para pontuar o torneio nem era necessária para completar qualquer painel de juizes como se comprova pelo facto de a mesma não ter pontuado. De facto, ao verificar que a juiz estava presente



**Federação Portuguesa
Ginástica
Portugal**

Conselho de Disciplina

em Portimão, não estando convocada para pontuar e sabendo-se da importância da marcação de provas FIG para a carreira de juizes foi-lhe perguntado se queria pontuar, já que lá estava dando-lhe oportunidade de o fazer se assim o desejasse, situação que a mesma declinou.

- Mas uma vez, a indicação de juizes para competições internacionais assim como a nomeação dos mesmos para provas nacionais é da exclusiva responsabilidade do CA, a Direção da FGP já solicitou por várias vezes que fossem efetuadas convocatórias numa base anual para as provas nacionais e quadrienais para provas internacionais.

5. Com a subscrição e envio da citada carta, por parte da arguida, ao Senhor Presidente da Assembleia-Geral e respetivos Delegados, a arguida imputou factos e formulou juízos de valor ofensivos e difamatórios em relação aos órgãos da FGP, particularizando a Direção.
6. As expressões utilizadas pela arguida, designadamente as que se mostram elencadas e realçadas no ponto 2 dos factos provados, põem em causa a credibilidade da Direção e o carácter dos membros que a compõem, nomeadamente, quando genericamente acusa e insinua que a mesma profere decisões arbitrárias, não transparentes nem equitativas, mas antes injustas, e que visam servir os interesses pessoais, políticos (ou outros), desmerecendo assim o interesse último da defesa da ginástica.
7. As afirmações vertidas na referida carta atingem a honra, consideração, integridade moral e retidão dos visados, excedendo, claramente, os limites sociais e individuais da liberdade de expressão, que a tornam eticamente reprovável no seio (pelo menos) da comunidade da ginástica.
8. A arguida agiu livre, consciente e deliberadamente, bem sabendo que estava a cometer factos ilícitos disciplinares, previstos na al. a) do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da FGP, constituindo falta grave.
9. Foi junto o cadastro disciplinar da Arguida de onde resulta a verificação da circunstância agravante, elencada no n.º 1, da al. b) e n.º 3, do artigo 20.º



Conselho de Disciplina

do Regulamento Disciplinar da Federação de Ginástica de Portugal, porquanto a arguida foi sancionada a 8 de Julho de 2016, pela Comissão Disciplinar da FIG, por ajuizamento insatisfatório durante o Test Event dos jogos olímpicos do Rio 2016.

A restante factualidade não se dá como provada por se tratar de meras conclusões e por conter apreciações sem qualquer relevância processual ou material.

Não se conhecem outros factos com relevância para a boa decisão do processo.

Motivação da matéria de facto

Para prova dos factos acima dados como provados foram decisivos:

- A participação de fls. 2, bem como a carta enviada pela arguida à Assembleia-Geral, cujos conteúdos se dão aqui por reproduzidos
- Resposta apresentada pela Direção da Federação de Ginástica de Portugal, fls. 18 e ss.
- Acusação/nota de culpa formulada;
- Factualidade apresentada pela arguida em sede de defesa escrita de fls. 72 e ss.
- Relatório final da instrução, respetiva avaliação, conclusões e proposta.

Assim, a matéria de facto está toda provada por documentos, resultando inequívoca a atitude da arguida ao dirigir a carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação de Ginástica de Portugal (FGP) e aos senhores Delegados da mesma Assembleia Geral;



Conselho de Disciplina

Documentada que está, também, a resposta que a Direção da Federação apresentou às acusações formuladas pela arguida, que de forma clara e objetiva contrariou as afirmações da arguida, não se limitando a afirmar que as mesmas eram falsas, mas trazendo aos autos explicações e justificações para algumas das decisões da Direção que sempre foram tomadas no estrito respeito dos Estatutos, pelo Conselho de Ajuizamento e em prole da Ginástica, pelo que cabia à arguida provar que as afirmações/acusações vertidas naquele escrito eram verdadeiras.

Questões a decidir :

Assim, no presente processo disciplinar importa saber se a conduta da arguida viola os deveres consagrados no art.º. 26.º, n.º 1, al. a) do Regulamento Disciplinar, e consequentemente se constitui ou não falta grave.

Dos factos e do direito aplicável.

A arguida vem indiciada da prática de um ilícito susceptível de ser punido como falta grave, ao abrigo do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da Federação de Ginástica.

Prescreve aquele normativo que “são puníveis com penas de Multa ou Suspensão superiores a um mês e até três anos as faltas disciplinares, os insultos, ofensas ou atos que revistam carácter injurioso, difamatório ou grosseiro, bem como ameaças ou intimidações, dirigidas a praticantes, técnicos, juizes, dirigentes ou outros agentes desportivos, bem como ao público”.

Ora, analisado o texto escrito pela arguida verificamos que várias das afirmações aí vertidas são aptas a subsumirem-se naquelas tipologias, desde logo, aquelas a que senhora instrutora deu mais relevância na acusação



Conselho de Disciplina

formulada e que foram objeto de contradita por parte da Direção da Federação de Ginástica, a saber:

- " Ajuizamento da GR ... que é uma área complexa ... para que seja deixada ao sabor de arbitrariedades pessoais, políticas ou sazonais como se tem vindo a verificar de forma deveras acentuada nestes últimos tempos (...).
- "(...) faço apenas algumas referências que me parecem de superior gravidade.
- Enquanto membro do CA optei pela minha demissão a meio do segundo mandato, por sentir a incapacidade e impotência de realizar fosse o que contrariasse as decisões e intenções da direção da FGP, fossem elas quais fossem e na sua maioria sem qualquer fundamentação.
- Relembra-se que segundo os estatutos da FGP, aprovados pela AG, a Direção tem sempre a última palavra, retirando, portanto, qualquer poder decisório ao CA, pelo que (não isento de responsabilidades por compactuar com decisões não partilhadas) o CA não é mais do que um escudo donde a Direção se pode refugiar.
- A nomeação dos juízes intercontinentais para frequentar os cursos intercontinentais é uma incumbência do conselho de ajuizamento, necessitando de retificação da direção. Não existe nada regulamentado que determine quem deve ser nomeado para os cursos intercontinentais, pelo que poderá depender da cor dos olhos ou talvez da cor política.
- "(...), o que revela claramente qual a verdadeira intenção na base de tal decisão Comprometer seriamente a carreira de juiz e por consequência o sucesso da ginástica à custa de interesses pessoais ... vamos nós lá saber quais.



**Ginástica
Portugal**

Conselho de Disciplina

- Ao contrário dos casos anteriores, não carecemos aqui de regulamentos e critérios. De facto estão definidos, pena é que não seja aplicada ou aplicáveis na perspetiva da transparência e da equidade que pudesse promover a clareza ou o ajuizamento em prova.
- “Se realmente somos poucos e talvez sejamos, seremos menos ainda se continuarmos com esta política de falta de transparência. Se queremos muitos temos que trabalhar para isso e não dispensar e mal tratar os que já estão connosco.
- “ (...) Não me ocorre nenhuma condicionante a não ser é que “dê jeito” deixar em aberto possibilidades que conforme as “vontades” serão as decisões.

Com tais expressões a arguida efetivamente afirmou, insinuando, que a Direção profere decisões arbitrárias, decisões que não são transparentes nem equitativas e que apenas visam interesses pessoais e políticos, bem como, segundo a arguida, são decisões injustas e que não visam o interesse da ginástica.

Embora, do texto resulte clara e inequivocamente que a arguida, de alguma forma, se sente injustificada pelas decisões tomadas pela Direção, o certo é que por tal facto não pode insinuar que as decisões tomadas pela Direção são tomadas de forma arbitrária, não transparente e que apenas visam interesses pessoais ou políticos.

As críticas contidas no documento escrito, aqui em causa, não representam apenas o direito à indignação por parte da arguida enquanto juiz.

De igual modo, o texto escrito pela arguida não se limita a um mero desabafo ou a um mero juízo de valor, a arguida extravasa aquilo que poderíamos considerar o direito à crítica.



Conselho de Disciplina

Na verdade, uma coisa é o direito à crítica e outra bem diferente é a ofensa dos direitos de personalidade de terceiros.

O certo é que, o direito à crítica tem de exercer-se com respeito pelo direito à honra, ao bom nome e reputação alheios, e quando esse limite é ultrapassado, como se verifica no caso presente, deixa de se poder invocar o direito à indignação e à crítica e comete-se um facto ilícito, sancionado pelo direito.

Assim, parece-nos que não restam quaisquer dúvidas que o escrito enviado pela arguida contém juízos de valor bastante graves, críticos e depreciativos em relação à atuação da Direção da Federação de Ginástica de Portugal, na nomeação dos juizes para todas e as provas, sejam intercontinentais, internacionais ou nacionais, insinuando que as escolhas são feitas segundo interesses pessoais e políticos.

Por isso, não subsistem quaisquer dúvidas de que estamos perante um conjunto de ofensas que se revestem de carácter difamatório.

Se é verdade que a Constituição da República Portuguesa garante o direito à liberdade de expressão (artigo 37º), estando no mesmo direito contido o direito à crítica, também não deixa de ser verdade que a mesma Constituição, também garante, o direito à integridade moral dos cidadãos e instituições e reconhece expressamente o direito ao bom nome e reputação - artigo 26º, da CRP (Constituição da República Portuguesa).

Neste pressuposto, concordamos inteiramente com as conclusões da senhora instrutora, quando refere que "na ponderação dos interesses em conflito – o direito à liberdade de expressão da arguida e o direito ao bom nome e consideração dos visados / ofendidos – constata-se que as expressões utilizadas pela arguida colocam em causa a honorabilidade da Direção da FGP, mais propriamente os membros que a compõem.

E, tanto assim é que, como também concluiu a senhora instrutora, a arguida para levar a cabo o seu descontentamento ou eventualmente para



Conselho de Disciplina

fazer chegar à Assembleia Geral e respetivos Delegados as suas preocupações quanto à falta de regulamentos e regras precisas na nomeação de juizes para as provas internacionais e intercontinentais, o que segundo defesa por si apresentada, eliminaria o livre arbítrio, não necessitaria de ter usado a linguagem que usou. Ou melhor, não tinha necessidade de fazer qualquer insinuação ou depreciação quanto à atuação da Direção.

Tanto mais que, a arguida não identificou qualquer situação em que a Direção tenha atuado de modo a que se pudesse concluir que na escolha dos juizes uns eram preteridos em relação aos outros apenas e tão só porque eram da mesma cor política ou das relações sociais, pessoais ou de amizade dos membros da Direção ou do Conselho de Ajuizamento.

O Senhor Presidente da Direção chamado a pronunciar-se sobre as insinuações vertidas naquele escrito, de forma clara, objetiva e isenta, explicou que ao longo de cinco anos só houve desacordo entre o Conselho de Ajuizamento e a Direção quanto à escolha dos juizes em duas ou três situações, entre muitas, e que o desacordo foi desfeito segundo os regulamentos existentes. Do que resulta que não se tenha verificado qualquer sobreposição da Direção ao Conselho de Ajuizamento como, falsamente a arguida quis dar a entender.

De igual modo, quanto à escolha de juizes em provas internacionais e intercontinentais, foi pelo Senhor Presidente da Direção esclarecido, como de resto resulta dos factos provados, que a indicação é feita pelo Conselho de Ajuizamento e quando existe desacordo o mesmo é resolvido tendo por base vários critérios, mas a decisão é sempre tomada em conjunto e lavrada em ata para que assim possa ser consultada e sindicada.

As explicações e esclarecimentos carreados para os autos pelo Senhor Presidente da Direção são objetivos e bastante esclarecedores, pelo que não se compreende a alegação da arguida quando, em sede de defesa, refere que a Direção, na pessoa do Senhor Presidente na queixa apresentada não refutou



Conselho de Disciplina

as acusações vertidas no documento que deu causa à abertura do processo disciplinar.

Pois, o certo é que, logo na participação apresentada a fls. 2 e seguintes, o Senhor Presidente da Direção, considerou as afirmações da arguida como desprovidas de fundamento e classificou-as como falsas e difamatórias para a Direção da FGP e do Conselho de Ajuizamento, o que, como vimos foi reiterado a fls. 18 quando notificado pela senhora instrutora para expressamente se pronunciar sobre as imputadas acusações.

Assim, a atitude da arguida ao alegar em sede de defesa que a Direção não contestou as imputações feita e não apresentou qualquer meio de prova que as refutasse, denota falta de arrependimento.

Assim, resulta clara e inequivocamente provada a intenção da arguida ao escrever a carta que dirigiu à Assembleia Geral e Delegados, que era atingir de forma clara e objetiva o bom nome e reputação da Direção e seus membros e a ginástica em geral.

À arguida, juiz com mais de 25 anos provas, era exigível que antes de enviar a carta para a Assembleia Geral e Delegados ponderasse o alcance e gravidade das suas afirmações aí vertida, o que esta não fez.

Pelo que, a arguida com as afirmações vertidas na referida carta quis atingir, como atingiu, a honra, consideração, integridade moral e retidão dos visados, excedendo claramente os limites sociais e individuais da liberdade de expressão, que a tornam eticamente reprovável no seio (pelo menos) da comunidade da ginástica.

Nos termos do artigo 14.º do Código Penal, a que aqui nos socorremos, age com dolo quem, representando um facto que preenche um tipo legal, ou o representa como consequência necessária ou possível da sua conduta, atua com intenção de o realizar, conformando-se com aquela realização.



Conselho de Disciplina

Ora, perante a factualidade provada e os fundamentos vindos de referir não restam dúvidas de que a arguida agiu com dolo difamatório.

A arguida agiu assim livre, consciente e deliberadamente, bem sabendo que estava a cometer factos ilícitos típicos disciplinares previstos na al. a) do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da FGP, o que constitui falta grave.

Escolha e determinação da medida da pena

Cumpra agora escolher e determinar a medida da pena a aplicar à senhora juiz de ginástica rítmica, ora arguida.

Na escolha e determinação da medida das penas deve atender-se ao grau de culpa, à personalidade do agente e de todas as circunstâncias em que a infração tiver sido cometida que militem contra ou a favor do infrator. (art. 19.º do Regulamento Disciplinar).

Concorrem circunstâncias agravantes da culpa as previstas no art. 20.º, al. a) e b) do Regulamento Disciplinar.

E, como circunstâncias atenuantes “os bons serviços prestados à modalidade” que no caso assume escasso valor decisório atento o facto de haver duas circunstâncias agravantes. art. 22.º, n.º 2 do Regulamento Disciplinar.

Ao caso concreto mostram-se inaplicáveis as penas de advertência e de repreensão reservadas às faltas leves, nos termos do artigo 25.º do Regulamento Disciplinar.

Assim, em abstrato, podem ser aplicadas à arguida as penas de multa ou de suspensão nos termos do disposto pelo art. 26.º, n.º 1, al. a), do Regulamento Disciplinar.



Conselho de Disciplina

Contudo, apesar de se considerar que a arguida agiu com dolo direto e culpa, não se considera esta como muito grave, o que permite a opção pela pena de multa em detrimento da pena de suspensão.

Pena de multa que se elege como justificada, apreciando conjuntamente a natureza e gravidade dos factos, o grau de ilicitude e de culpa.

E, apesar de a arguida ter agido com premeditação e ter cadastro disciplinar, o que constitui circunstâncias agravantes, elencadas no n.º 1, das alíneas a) e b) e números 2 e 3, do artigo 20.º do Regulamento Disciplinar da Federação de Ginástica de Portugal, parece-nos que a pena de multa é ainda suficiente para o fim que se pretende com a punição, até porque anteriormente a arguida foi punida com uma pena de advertência.

Como supra se enunciou a arguida vem acusada da prática de um ilícito susceptível de ser punido como falta grave, ao abrigo do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da Federação de Ginástica. Prescrevendo aquele normativo que "são puníveis com penas de Multa ou Suspensão superiores a um mês e até três anos as faltas disciplinares, os insultos, ofensas ou atos que revistam carácter injurioso, difamatório ou grosseiro, bem como ameaças ou intimidações, dirigidas a praticantes, técnicos, juizes, dirigentes ou outros agentes desportivos, bem como ao público".

Por sua vez, prescreve o n.º 1 do artigo 14º do mesmo Regulamento Disciplinar que "A pena de Multa é aplicada para infrações mais graves que as referidas no artigo anterior, sendo sempre fixada em quantia certa, entre o mínimo de um décimo e o máximo de dez salários mínimos nacionais, devendo ser paga no prazo máximo de 30 dias após notificação da FGP ao infrator."

Ora, tendo em conta que a pena de multa deve ser fixada entre o mínimo de um décimo e o máximo de dez salários mínimos, e considerando as circunstâncias agravantes, parece-nos que no caso se justifica a aplicação de



Conselho de Disciplina

uma pena de multa no valor de um salário mínimo nacional, ou seja, quinhentos e cinquenta e sete euros.

III – DECISÃO

Nos termos e com os fundamentos acima expostos, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, acordam e decidem os membros do Conselho Disciplinar da Federação de Ginástica de Portugal, aplicar à arguida, [REDACTED] juiz de ginástica rítmica, a pena disciplinar de MULTA, no valor de € 557,00 (quinhentos e cinquenta e sete euros), por violação do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Disciplinar da Federação de Ginástica.

Notifique-se e registe-se, dando cumprimento ao disposto no artigo 43.º e, ex vi deste, no artigo 38.º, ambos do Regulamento Disciplinar da Federação de Ginástica.

Lisboa, 1 de Setembro de 2017

António Jorge Cordeiro
Paulo Luís Nunes
Albino